

Patrimônio cultural e identidade carioca:

os bares tradicionais como memória e sociabilidade da cidade

Cultural heritage and Rio de Janeiro's identity: traditional bars as the city's
memory and sociability

Ana Carolina Mendonça Oliveira

Turismóloga, doutora em Arquitetura e Urbanismo. CEDERJ/Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro

anacarol.mo@hotmail.com

Andrea da Rosa Sampaio

Arquiteta urbanista, doutora em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal
Fluminense

andreasampaio@id.uff.br

RESUMO: Este artigo examina a relação entre patrimônio cultural e identidade carioca, com foco nos bares tradicionais como repositórios de memória e sociabilidade na área central do Rio de Janeiro. Ao analisar a trajetória da cidade, o estudo aborda a complexidade da preservação desses estabelecimentos emblemáticos. Discutimos a evolução das políticas de salvaguarda, desde o tombamento de bens monumentais até o reconhecimento do patrimônio imaterial e de atividades econômicas notáveis. O trabalho evidencia os descompassos entre o reconhecimento formal e a efetiva resiliência desses espaços diante das pressões urbanas e do turismo. Através dos estudos de caso do Bar Luiz e do Amarelinho da Cinelândia, que apresentam desfechos distintos, exploramos como a tradição se constrói na dinâmica social e nas sociabilidades, e o papel multifacetado do turismo cultural e dos Circuitos do Patrimônio Carioca nesse cenário. Conclui-se que a conservação e a valorização desses lugares vitais para a identidade e memória da cidade, demanda uma compreensão aprofundada das dinâmicas, que incluem seu contexto histórico, validando seu reconhecimento como patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural Carioca; bares tradicionais; sociabilidade.

ABSTRACT: This article examines the relationship between cultural heritage and Rio de Janeiro's identity, focusing on traditional bars as repositories of memory and sociability in the city's central area. Analyzing Rio de Janeiro's trajectory, the study addresses the complexity of preserving these emblematic establishments. We discuss the evolution of safeguarding policies, from the landmarking of monumental assets to the recognition of intangible heritage and notable economic activities. However, the work highlights discrepancies between formal recognition and the effective resilience of these spaces amidst urban pressures and tourism fluctuations. Through case studies of Bar Luiz and Amarelinho da Cinelândia, which present distinct outcomes, we explore how tradition is constructed through social dynamics and sociability, and the multifaceted role of cultural tourism and the Carioca Cultural Heritage Circuits in this scenario. The article concludes that the preservation of these spaces, vital for the city's identity and memory, demands a deep understanding of their dynamics beyond mere formal recognition.

KEYWORDS: Rio de Janeiro cultural heritage; traditional bars; sociability

Introdução

A trajetória de 460 anos do Rio de Janeiro revela uma cidade complexa, um palco contínuo de transformações socioculturais e políticas. Nesse cenário, a noção de patrimônio cultural emerge como um campo de forças dinâmico, sujeito a constantes ressignificações e desafios. A paisagem urbana carioca, moldada por sucessivas intervenções, guarda um acervo cultural que transcende monumentos e grandes obras. Como bem observa Meneses (2006), o patrimônio cultural manifesta-se como um fato social, constantemente ressignificado pela sociedade. A cidade é, em si, um bem cultural complexo, onde a dimensão física do artefato se entrelaça com um intenso campo de forças de tensões e desafios, e um vasto universo de significações que a dotam de sentido e inteligibilidade. Este artigo se insere nessa perspectiva, explorando como a preservação de elementos cotidianos, mas profundamente enraizados, reflete a complexidade e as oportunidades do patrimônio carioca, especialmente em sua intersecção com as dinâmicas do turismo.

Historicamente, o Rio de Janeiro foi pioneiro nas políticas de salvaguarda, concentrando os primeiros tombamentos federais em 1938. Contudo, a concepção de patrimônio ampliou-se significativamente a partir da década de 1980. Esse período de redemocratização e institucionalização dos órgãos de tutela municipal, sob a égide das mudanças no mundo do patrimônio, impulsionou o reconhecimento não apenas de grandes monumentos, mas também de bens culturais singelos que carregam o testemunho histórico e as memórias coletivas. Tal abertura culminou na valorização do patrimônio imaterial e, especificamente para o Rio, no reconhecimento de bares tradicionais e atividades econômicas notáveis como Patrimônio Cultural Carioca, através de instrumentos como o Decreto nº 23.162/2003 e o Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis de 2013, o que também impulsionou seu potencial turístico. É nesse contexto que os bares se consolidam como peças-chave

para a compreensão da identidade carioca, atuando como catalisadores de memória e sociabilidade urbana.

Apesar desse avanço no reconhecimento formal, a garantia de resiliência desses estabelecimentos não é automática. Em uma cidade em constante reinvenção, onde a ascensão da economia criativa caminha lado a lado com a intensa especulação imobiliária, a permanência de espaços que encarnam a história e a sociabilidade carioca enfrenta desafios persistentes. Esses locais vão além de meros pontos de comércio; eles se consolidam como epicentros de convívio, alteridade e construção de identidade — uma característica observada por autores como Freire (2011), Simmel (2004) e Maffesoli (2005). São, paradoxalmente, vulneráveis às dinâmicas urbanas e às flutuações do setor turístico. A tradição desses bares, como veremos, não reside apenas em sua antiguidade, mas na complexa e dinâmica relação entre as pessoas e o lugar, nutrida pela sociabilidade e pela memória coletiva.

Este artigo tem como objetivo analisar a profunda relação entre patrimônio cultural e identidade carioca, especificamente por meio da perspectiva dos bares tradicionais como repositórios vitais de memória e sociabilidade na área central do Rio de Janeiro. Para isso, contrastamos as intenções das políticas de salvaguarda com as realidades e pressões da dinâmica urbana contemporânea e a influência do turismo. A metodologia revisita a evolução da proteção do patrimônio cultural carioca e, em seguida, aprofunda a compreensão dos bares tradicionais como elementos essenciais para a identidade urbana. O ponto central da nossa análise reside nos estudos de caso do Bar Luiz e do Amarelinho da Cinelândia. Ao examinar seus desfechos distintos – o fechamento de um e a reinvenção do outro –, buscamos evidenciar os descompassos entre a proteção formal e a vitalidade econômica e social, bem como as oportunidades e os desafios de resiliência. A análise se estende à relação desses espaços com o turismo cultural e a política dos Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca, demonstrando a complexidade da gestão do patrimônio em uma

metrópole em constante transformação.

O Patrimônio Cultural Carioca e sua proteção: uma breve síntese

Considera-se o patrimônio cultural como fato social (Meneses, 2006), que vai sendo ressignificado pela sociedade em sintonia com seus valores socioculturais. Nesse sentido, é fundamental perceber a indissociabilidade da estrutura física da social de um objeto, como componente do patrimônio cultural, conforme defendido pelo mesmo autor (Meneses, 2006), para o qual “preservar seria uma forma de encaminhar a reapropriação do espaço urbano pelo cidadão”.

Assume-se como premissa, a cidade como um bem cultural, conforme conceituação de Meneses (2006). Segundo o autor, a cidade é socialmente apropriada em três dimensões, intimamente imbricadas: a dimensão do artefato; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais, etc. e a dimensão das significações, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço. Tal perspectiva permeia esta a reflexão, iluminando suas tensões e significações.

A cidade do Rio de Janeiro é um caso emblemático para ser examinada como um bem cultural, tendo em vista que desde a chegada da Corte portuguesa em 1808, a cidade constituiu-se como uma vitrine para a implantação e a difusão de modelos urbanísticos e socioculturais. Tendo sido Capital até 1960, sua configuração urbana foi moldada por sucessivas intervenções urbanizadoras, remodeladoras e renovadoras, realizadas, sobretudo, nos séculos XIX e XX, conformando uma imagem urbana que refletisse seu status de Capital Colonial, Imperial e Republicana.

Nesse sentido, a cidade abriga um relevante acervo cultural representativo não só da história da cidade, como do Brasil, sobretudo em sua área

central. Além de vanguarda para planos urbanísticos, a cidade também se destacou por suas ações de salvaguarda do patrimônio cultural. Na condição de capital federal, a cidade do Rio de Janeiro concentrou muitos dos primeiros tombamentos em 1938, após a criação do órgão de tutela federal, atual IPHAN, em 1937.

Enquanto nos primórdios, prevaleciam tombamentos devido ao valor artístico e histórico em bens monumentais, a descentralização da tutela do patrimônio cultural, em 1965 com a criação do órgão estadualⁱ e, sobretudo, a partir da criação do órgão de tutela municipal na década de 1980ⁱⁱ, contemplou distintos objetos, correspondentes à ampliação da noção de patrimônio cultural emergente a partir da década de 1960. A década de 1980 foi profícua em relação à ampliação dos objetos patrimoniais, propiciado pela redemocratização do país, como um ponto de inflexão que pode ser sintetizado no título do célebre texto do arquiteto Ítalo Campofiorito – *Muda o mundo do patrimônio*.ⁱⁱⁱ Os critérios de atribuição de valor deixam, então, de priorizar aspectos formais e estilísticos, e passam a valorizar também o testemunho histórico.

Desde então, houve uma expressiva ampliação do que vem a ser considerado patrimônio cultural, multiplicando-se os objetos, que inicialmente restringiam-se aos excepcionais monumentos históricos, e atualmente abrange bens culturais singelos, com significação cultural, conforme preconizado na Carta de Veneza de 1964 e demais documentos doutrinários posteriores.

Com a institucionalização do órgão de tutela e legislação municipal, na década de 1980, a preservação tornou-se política urbana por meio da implantação de Áreas de Preservação. Com o pioneiro projeto Corredor Cultural^{iv} na vizinhança da Área Central de Negócios, inaugura-se esta nova abordagem na salvaguarda do patrimônio cultural, conciliando o zoneamento com a preservação do conjunto urbanístico do patrimônio não monumental, construído entre o final do século XIX e início do XX.

Outras áreas de preservação urbana foram implantadas nas décadas de 1980 e 1990 protegendo grande parte dos conjuntos urbanos da área central.

A diversificação dos objetos patrimoniais desde então, nos permite estudar, hoje, os bares tradicionais como bens reconhecidos como patrimônio cultural municipal. Na legislação municipal, primeiramente a atribuição de valor aos bares foi direcionada aos seus espaços arquitetônicos e sua tradição histórica, em tombamentos relativos ao patrimônio material, mas com a incorporação do valor imaterial à tutela do patrimônio cultural, em 2003, é lançado o registro de bens imateriais que levam a chancela de Patrimônio Cultural Carioca, através do Decreto nº 23.162/2003. Desde então, foram inventariados diversos bares tradicionais, muitos dos quais foram aprovados pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural para inscrição no livro de Registro pertinente.

No âmbito da proteção do patrimônio imaterial, o Órgão municipal de tutela do patrimônio cultural, o atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, buscou reforçar a salvaguarda de negócios – bares e lojas emblemáticos para a cidade, ameaçados de fechamento por circunstâncias alheias à proteção do patrimônio cultural, com o lançamento do Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis em 2013.^v Entretanto, nem sempre a sobreposição de instrumentos de salvaguarda assegura a resiliência dos negócios tradicionais, mesmo num contexto de ascensão da economia criativa, porém de especulação imobiliária, conforme será tratado nos casos de estudo.

Bares Tradicionais na área central

Esta seção analisa referências cruciais sobre bares em geral e,

especificamente, sobre bares tradicionais na área central do Rio de Janeiro. Uma importante contribuição a essa reflexão reside na tese de Wanda Freire (2011), que, ao comparar cafés parisienses e botequins cariocas, destaca o vínculo intrínseco desses lugares com as calçadas, essa peculiar mistura de espaço público e privado. Freire (2011, p. 4) aponta que as mesas nas calçadas possuem o atrativo singular de estar simultaneamente dentro e fora: são, em parte, um espaço privado de segurança e intimidade, e por outro lado, um espaço de encontro, convívio e exercício dos sentidos.

Desde meados do século XVII, os cafés europeus consolidaram-se como importantes espaços de comunicação, onde notícias eram comentadas e discursos acalorados surgiam (Freire, 2011). Sennett (1988) observa essa liberdade nas conversas, exemplificando com o caso londrino, onde regras explícitas suspendiam temporariamente distinções sociais:

qualquer pessoa que estivesse sentada num café tinha o direito de conversar com quem quer que fosse, abordar qualquer assunto, quer conhecesse as outras pessoas, quer não, quer fosse instada a falar, quer não. Era desaconselhável fazer referências às origens sociais das pessoas com quem se falava no café, porque isso poderia ser obstáculo ao livre fluxo da conversa (Sennett, 1988, p. 108-109).

Freire (2011) ratifica essa liberdade de expressão e o estatuto de espaço de comunicação dos cafés, ecoando a noção habermasiana de que a publicidade emana do calor da discussão. Esse caráter do ordinário e cotidiano, presente no registro dos bares tradicionais, encontra uma correlação fundamental na afirmação de Gustavo Rocha-Peixoto, que destaca: “mesmo trechos nada excepcionais de tecido urbano tradicional se constituem na imagem de cidade que nos permite distinguir cada cidade entre as demais” (Rocha-Peixoto, 2012, p. 3). Assim, a patrimonialização dos bares tradicionais cariocas não se limita à sua função de lugar afetivo

e de encontro; é, igualmente, um componente essencial no tecido urbano e na caracterização distintiva da cidade do Rio de Janeiro, incluindo áreas específicas como a Rua da Carioca, que amplifica essa dinâmica.

Nesse contexto, tanto a rua quanto os bares tradicionais possuem estreitos vínculos com a cultura local – o complexo de saberes e práticas que orientam a vida de diferentes grupos. É crucial considerar que a cultura não é um fator neutro, mas parte considerável da gestão de cidades, o que explica a crescente ocupação das agendas públicas pelas políticas culturais, particularmente em sua relação com as transformações urbanas.

Em uma cidade que se revela como uma sobreposição/caleidoscópio, com seus fragmentos que se acumulam e formam uma multidão de anônimos, o cotidiano muitas vezes parece atropelar os moradores, esfacelando seus vínculos com a cidade e com os outros sujeitos (Dealtry, 2007). É aqui que reside uma das perspectivas mais relevantes para os bares tradicionais: eles se consolidam como espaços de lazer e de encontro com o outro, onde o diferente estabelece uma relação de alteridade. Como Jane Jacobs (2011[1961], p. 60) ironicamente observa, “se todos os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia”. De modo complementar, Simmel (2004) destaca que a prática de comer e beber juntos emana uma “enorme força socializadora”. Para ele, a sociabilidade é o triunfo da forma sobre o conteúdo, um “jogo formal” onde o convívio social supera qualquer finalidade ou conteúdo específico. Ou seja, ao frequentar um bar, a pessoa se integra a uma forma de convívio com regras próprias. Maffesoli (2005) aprofunda, sugerindo que os ritos praticados nessas situações remetem a ritos quase religiosos, criando uma sociabilidade específica em torno dos bares, um “laço comunicacional” onde a mesa se torna palco de afetos e desafetos, unindo contrários em uma comunhão teatral.

Por fim, é crucial sublinhar que o caráter tradicional dos bares não se limita

à sua antiguidade (Costa; Rodrigues, 2021). Embora a longevidade seja um elemento importante, a tradição é compreendida aqui como uma relação dinâmica entre pessoas e um lugar específico, que perdura, se transforma e se ressignifica ao longo do tempo, dialogando com as próprias transformações da sociedade, da cidade e das dinâmicas comerciais. A sociabilidade que se materializa nesses espaços e a memória coletiva construída pela interação entre frequentadores, proprietários, funcionários e a população do entorno, são pilares inegáveis para a manutenção da aura desses bares históricos que fizeram e continuam a fazer parte da cultura urbana carioca.

Nesse contexto, o bar – seja ele formalmente reconhecido como patrimônio cultural ou não – é um convite ao encontro e à alteridade. Essa relação é descrita em inúmeras crônicas, músicas, depoimentos e livros, e esses relatos se somam ao empenho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em salvaguardar determinados bares tradicionais como Patrimônio Cultural Carioca. Juntamente a outros estabelecimentos registrados em diferentes categorias, esses bares estão organizados, desde 2010, em formatos de circuitos, evidenciando que o processo de patrimonialização se estende para além dos bares tradicionais, abraçando a diversidade dos lugares e seus circuitos. O registro de bens imateriais, com a chancela de Patrimônio Cultural Carioca, foi instituído em 2003 pelo Decreto nº 23.162. Complementarmente, os decretos que reconhecem os bares como Patrimônio Cultural Carioca fazem referência a termos como “cadastro” e “registro”, ações que integram as diretrizes da Política de Patrimônio Cultural (conforme Lei Complementar nº 111/2011), indicando que os bares mencionados em cada um desses decretos são inscritos em um Livro de Registro.

As oportunidades e desafios da conjuntura atual: os casos do Bar

Luiz e do Amarelinho

A conjuntura atual será problematizada a partir da análise de dois bares tradicionais, o Amarelinho da Cinelândia e o Bar Luiz, ilustrando vividamente os descompassos entre as políticas de proteção e a efetiva resiliência de estabelecimentos patrimoniais na área central do Rio de Janeiro. Esses casos emblemáticos, com desfechos distintos, expõem as oportunidades e os desafios que permeiam a existência destes bens culturais como lócus da memória carioca, culminando no fechamento do segundo.

O caso do Bar Luiz, situado na rua da Carioca é emblemático, dado seu atual fechamento, evidenciando que o tombamento nem sempre é suficiente para assegurar a saúde financeira e a vitalidade de um estabelecimento patrimonial. Fundado em 1887, e palco de inúmeros encontros e brindes que marcaram a história da cidade, o Bar Luiz foi frequentado por personalidades como Olavo Bilac, Pixinguinha e Ari Barroso. Sua relevância política é sublinhada pela escolha do bar para o lançamento do Corredor Cultural. As menções ao caráter tradicional do Bar Luiz eram recorrentes em reportagens consultadas, atreladas à sua história, à gestão familiar e à lendária serpentina de 176 metros. O bar era também uma referência espacial na cidade, com expressões como “perto do Bar Luiz” ou “entre o Bar Luiz e a Praça Tiradentes” comuns nos noticiários. A partir da década de 1980, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, reclassificou-o de “comida alemã” para a categoria de “tradicional”, mostrando como a tradição se constrói na dinâmica social (Costa; Rodrigues, 2021).

A rua da Carioca é reconhecida como símbolo do Rio Antigo, o que motivou sua proteção por vários instrumentos, desde o pioneiro tombamento estadual do conjunto arquitetônico, em 1982 à preservação no âmbito da Zona Especial do Corredor Cultural, municipal pelo Conjunto da Rua da

Carioca. Além destes, em 2013 foram lançadas duas novas proteções, direcionadas para as atividades de comércios tradicionais da rua, como resposta à uma operação imobiliária sobre parte dos imóveis, que inviabiliza a continuidade de quase metade do comércio tradicional: o lançamento do Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis; e o tombamento municipal e criação do Sítio Cultural da Carioca, a partir da articulação dos comerciantes, justificado pela rua ser uma síntese da identidade carioca e de seu modo de vida.

O Bar Luiz entrou no Circuito de Botequins desde o seu início, em 2011, porém a ausência de um planejamento de sucessão familiar claro e a pressão por custos de operação elevados em uma área valorizada são fatores que, apesar do reconhecimento patrimonial, contribuíram para sua interrupção, sublinhando a fragilidade dos instrumentos de proteção frente às dinâmicas do mercado. Seu fechamento teve grande repercussão na mídia, surgindo uma rede de solidariedade em prol de manter o funcionamento do local, que trouxe os clientes de volta, com filas na porta, revelando sua relevância para a identidade dos moradores com o local e com a Rua da Carioca. No entanto, esse movimento não foi suficiente para salvar o bar com a pandemia.

Neste caso há uma conjuntura mais ampla, da dinâmica imobiliária da rua, que apesar do casario da Rua da Carioca ter sido um laboratório para ações de salvaguarda tecnicamente qualificadas e socialmente engajadas, que evitaram sua demolição, porém não asseguraram a sua vitalidade e sustentabilidade frente às dinâmicas urbanas e econômicas contemporâneas (Sampaio e Soares, 2021). Atualmente, no âmbito das propostas do Reviver Centro, a prefeitura municipal anuncia o projeto do Distrito Cultural da “Rua da Cerveja” que prevê a implantação de cervejarias na rua da Carioca, em imóveis fechados, mesmo sendo antigos negócios tradicionais de outros usos. Espera-se que o Bar Luiz possa ser devidamente restaurado e reaberto, neste movimento de transformação da rua da Carioca num espaço voltado ao consumo turístico.

Como um contraponto crucial às dificuldades do Bar Luiz, de outros tantos que fecharam na pandemia, analisa-se o Bar Amarelinho. Fundado em 1909, foi incorporado ao Circuito de Botequins da listagem de Patrimônio Cultural Carioca mais recentemente, em 2021, o que ocorreu simultaneamente à sua reinauguração após um longo período fechado devido à pandemia e reformas. No entanto, a edificação já havia sido protegida como parte do tombamento do conjunto urbano e arquitetônico da Cinelândia em 1989, além de também ser protegido pela Zona Especial do Corredor Cultural desde 1984.

A mudança de gestão do Bar Amarelinho, adquirido por Antônio Rodrigues, do grupo Belmonte, suscita preocupações em relação à conservação de sua identidade original e da sociabilidade que o caracterizava, ante a potencial homogeneização da experiência. A história do Amarelinho está profundamente imbricada na própria história do Rio de Janeiro, refletida em mais de duas mil referências na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Uma leitura desses periódicos revela o bar como um ponto de referência e orientação na cidade, além de sua profunda ligação com a vida política – um verdadeiro campo de forças como teorizado por Meneses (2006). Registros a partir da década de 1950 frequentemente mencionam seu volume de chope (mais de 400 litros por dia) e, ironicamente, anúncios de venda de suas tradicionais mesas de vime, que acabaram substituídas por plástico, evidenciando as transformações sofridas ao longo do tempo. Atualmente, o bar busca reativar sua vocação para o encontro através de eventos e rodas de samba.

Um tema transversal a ambos os bares, e relevante para a discussão, diz respeito às referências à atividade turística nas reportagens, que inclusive sugerem roteiros. Embora em menor número, menções à Riotur e a outros órgãos de turismo aparecem para o Amarelinho e o Bar Luiz. As notícias frequentemente traçam paralelos com marcos e lugares na Inglaterra, França e Itália, e reportam a presença de turistas estrangeiros. Essa

mobilização do aspecto do turismo cultural em relação ao turismo carioca é uma tendência que se acentua desde a década de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília e o esforço de vincular à cidade do Rio de Janeiro a marca de capital cultural (Oliveira, 2017).

Essa tendência é corroborada pela política atual dos Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca, uma organização temática de bens culturais realizada pelo IRPH. Esses circuitos, com diferentes categorias de proteção (como Águas, Bossa Nova, Botequins, Negócios Tradicionais, etc.), já contam com 279 placas instaladas, concentradas principalmente no eixo Centro-Zona Sul, o que se sobrepõe diretamente à cartografia turística oficial da cidade (Oliveira, 2017). Além da sinalização física, os circuitos estão disponíveis para consulta na plataforma Data.Rio, oferecendo tabelas de atributos com informações georreferenciadas. Uma busca sobre o circuito de botequins no centro do Rio contempla, também, uma tabela de atributos com as seguintes informações sobre o Bar Luiz e o Amarelinho, respectivamente: (i) fundado em 1887, tradicional ponto de encontro da boemia carioca. Foi o primeiro lugar a servir chope na cidade do Rio de Janeiro. (ii) Inaugurado em 1921, é testemunho de protestos, acontecimentos políticos e muitos carnavais. É um ícone da boemia e da cultura da cidade. Os verbetes são parte da justificativa técnica – em certa medida, míope – para o registro do bar e a sua consequente incorporação ao circuito. Chama atenção o fato de o valor de antiguidade ser privilegiado em todos os exemplos em questão. A antiguidade do estabelecimento é um critério frequentemente privilegiado pela atividade turística, que, não necessariamente tem relação com a alcunha de tradicional atribuída a um bar. A atividade turística, no entanto, é um fenômeno complexo e que merece uma investigação mais apurada, com o intuito de delimitar os impactos do circuito.

Os circuitos cumprem o papel na estruturação de uma oferta turística. Até o momento, existem 21 circuitos, dentre eles: Liberdade, Cinemas, Trem, Botequins, Samba, Bossa Nova, Choro, Herança Africana e Negócios

Tradicionais. Nos bens salvaguardados que são parte dos circuitos, é afixada uma placa com a identificação de Patrimônio Cultural Carioca e do circuito ao qual o bem pertence. A massificação da atividade turística e os seus impactos reforçam a importância de se definir parâmetros e conceitos que ajudem estudiosos, a sociedade em geral, gestores públicos, profissionais do trade turístico e investidores a compreenderem as interfaces desse fenômeno. Coriolano afirma que

a riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes (Coriolano, 2006, p. 368).

Frequentemente, a atividade turística se ocupa do consumo de bens culturais, o que reconhecemos como “turismo cultural”. Esse segmento da atividade turística dialoga diretamente com a existência e a preservação do patrimônio cultural carioca.

Considerações Finais

Este artigo buscou explorar a intrínseca relação entre patrimônio cultural e identidade carioca, destacando o papel fundamental dos bares tradicionais como repositórios de memória e sociabilidade na dinâmica urbana do Rio de Janeiro. A partir da análise da evolução da proteção patrimonial na cidade, que se ampliou de bens monumentais para incluir o patrimônio imaterial e atividades econômicas notáveis, evidenciamos como esses estabelecimentos são elementos vitais para a compreensão da cidade como um campo de forças em constante ressignificação.

Os estudos de caso do Bar Luiz e do Amarelinho da Cinelândia ofereceram uma lente estratégica para observar os descompassos entre o

reconhecimento formal do patrimônio e a efetiva vitalidade desses negócios. Enquanto o Amarelinho conseguiu uma reabertura, ainda que com preocupações sobre a alteração de sua identidade em face de novas gestões e da busca por adaptação, o fechamento do Bar Luiz, mesmo tombado, sublinha a insuficiência dos instrumentos de salvaguarda isolados diante das pressões do mercado imobiliário e das complexidades de gestão. Esses exemplos demonstram que a “tradição” de um bar não se restringe à sua antiguidade, mas reside na sua capacidade de manter a sociabilidade e a memória coletiva que o caracterizam.

A análise da influência do turismo revelou-se um componente crucial nesse cenário. Se, por um lado, o reconhecimento como patrimônio cultural e a criação de Circuitos do Patrimônio Carioca (como o de botequins) buscam integrar esses espaços à cartografia turística e reforçar a imagem do Rio como capital cultural, por outro, as flutuações do setor e as dinâmicas de mercado trazem novos desafios à resiliência dos bares. O turismo, portanto, apresenta-se como uma força ambivalente, capaz de gerar tanto oportunidades de valorização quanto pressões para a descaracterização.

Em suma, a preservação dos bares tradicionais do Rio de Janeiro vai além da mera proteção de estruturas físicas ou do reconhecimento oficial. Ela exige uma compreensão aprofundada de suas dimensões sociais, econômicas e culturais, reconhecendo-os como elos vivos da memória urbana e espaços insubstituíveis de sociabilidade. O desafio reside em desenvolver políticas públicas mais integradas e multifacetadas que possam garantir não apenas a formalidade de seu status patrimonial, mas, sobretudo, sua vitalidade e sustentabilidade no tempo. Somente assim esses marcos poderão continuar a tecer a identidade carioca e a narrar as histórias da cidade para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Amanda Danelli; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Bares tradicionais cariocas: bens culturais como atrativos turísticos do Rio de Janeiro. In: **Narrativas e performances de consumo na cidade** [livro eletrônico] / organização Ricardo Ferreira Freitas, Ronaldo George Helal, Denise da Costa Oliveira Siqueira. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2021.
- DEALTRY, Giovanna. O romance relâmpago de Luiz Ruffato: um projeto literário-político em tempos pós-utópicos. In: DEALTRY, Giovanna; LEMOS, Masé; CHIARELLI, Stephania. **Alguma prosa: ensaios sobre literatura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- FREIRE, Wanda. **Dos cafés parisienses aos botequins cariocas: a dinâmica das calçadas**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011[1961].
- MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre: Sulinas, 2005.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: Mori, Victor Hugo et alli. (Org.) **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 33-76.
- OLIVEIRA, Ana Carolina. **Um Rio que passou: representações da Cidade do Rio de Janeiro na cartografia turística e no samba**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Um patrimônio de palavras. In: **Plano Estadual de Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/plano-estadual-de-cultura>. Rio de Janeiro, 2012.
- SAMPAIO, Andréa da R.; SOARES, G. V.. “Preservar não é (só) tomar. O (o) caso da rua da Carioca, Rio de Janeiro.” **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 252.07, maio 2021. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.252/8107>.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Original 1974.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1996.
- SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.33, p. 159-166, jan./jun. 2004..
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2006.

Notas

ⁱ Primeiramente foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (1960-1975), posteriormente transformado no INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, após a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975.

ⁱⁱ A estrutura de tutela municipal foi criada em 1980, com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e a Diretoria de Patrimônio Artístico e Cultural (DPAC), sendo o órgão executivo reestruturado e renomeado

em diversas gestões, até o atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), criado em 2012.

ⁱⁱⁱ Camporiorito, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico. Revista do Brasil, Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura/ RIOARTE, v. 2, n. 4, p. 32-43, 1985.

^{iv} Criado em 1979 e consolidado através da Lei 506 de 17/01/1984.

^v Decreto Municipal Nº 37271 de 12/06/2013